



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16803 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 09 - Currículo

## A RESPONSABILIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DA ESCOLARIZAÇÃO OBRIGATÓRIA

Ketlin Kroetz - FURG/PPGEA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

Paula Corrêa Henning - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RIO GRANDE

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPERGS

### A RESPONSABILIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DA ESCOLARIZAÇÃO OBRIGATÓRIA

**RESUMO:** O presente artigo problematiza a responsabilização como estratégia governamental utilizada para manter todos na escola. Para atender esse objetivo, selecionamos artigos de três periódicos, o Portal de Periódicos da CAPES, o Google Acadêmico e o La Referencia. Para selecionar os artigos, dedicamo-nos a leitura dos títulos e resumos, selecionando aqueles que tratavam da combinação entre escolarização obrigatória e responsabilização. Desse filtro, nos valemos de 13 artigos científicos, que foram analisados utilizando como aporte teórico e metodológico os estudos de Michel Foucault. Concluímos que os sujeitos se tornam, por meio da escolarização obrigatória, responsáveis por produzir seu sucesso, êxito profissional e pessoal, sendo convidados a aumentar seu capital humano, ter um currículo recheado de habilidades, capacidades e aptidões. A responsabilidade é uma tecnologia que potencializa a governamentalidade neoliberal e produz práticas de culpabilização nos indivíduos, que se sentem incapazes, inúteis e fracassados quando não participam do jogo. Por meio do discurso da responsabilização, os sujeitos são conduzidos por práticas e regras que os fazem continuar no jogo econômico neoliberal, no qual a educação é permanente e contínua, além de ser obrigatória e institucionalizada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Responsabilização. Escolarização obrigatória. Governaentalidade.

#### Introdução

O presente artigo tem como objetivo problematizar a responsabilização como estratégia governamental para manter todos na escola. Fruto de um estudo mais amplo que

problematizou as tecnologias de governo postas em ação para reduzir índices de evasão escolar na Educação Básica, esse estudo se fundamenta nos aportes teóricos de Michel Foucault, cuja ferramenta analítica colocada em ação foi a noção de governamentalidade, conceito elaborado pelo filósofo no final da década de 1970.

Assistimos a uma influência grande da vertente neoliberal americana nas políticas públicas em educação no Brasil e na América Latina. Foucault (2008) discorre sobre o governo neoliberal na vertente norte americana a partir das ideias da Escola de Chicago. Liderada por Theodore Schultz na década de 1950, que introduz um modo de analisar a economia que vai além do estudo dos mecanismos de troca, consumo e produção, que dominavam o pensamento econômico naquele período (SCHULTZ, 1973).

Para Gadelha (2009), a teoria fornece pistas para pensar a educação no presente. Ao considerarmos o processo pedagógico no interior da lógica dessa teoria, pode-se perceber como as modificações no campo da economia tem ganhado força na educação, uma vez que os investimentos em educação e políticas públicas destinadas a ela visam sempre atender as exigências do mercado, que estrutura as sociedades neoliberais.

Uma das características do neoliberalismo foi a definição do comportamento humano como sendo uma das tarefas da economia (Foucault, 2008). O foco dos estudos sobre governamentalidade neoliberal foram, portanto, pautados no modo de produção e acumulação do capital humano pelo indivíduo, e determinados valores econômicos migraram para vários domínios da vida social, ganhando um potente poder normativo, transformando subjetividades e criando indivíduos microempresas (GADELHA, 2009). Nessa nova lógica capitalista, o capital humano se tornou crucial, e a economia política passou ter como objeto o comportamento humano.

É sob essa lógica que tem se materializado uma série de movimentos e ações que enxergam na escolarização uma potente estratégia para conduzir as condutas e produzir um tipo particular de subjetividade. A escola se fortalece e se afirma como território obrigatório a crianças e jovens brasileiros, utilizando diferentes estratégias de controle e regulação. Nesse texto, investimos em uma dessas estratégias, assumindo a responsabilização como uma estratégia potente que atua para manter todos no espaço escolar.

## **Método**

Considerando que esse estudo é desdobramento de um trabalho mais amplo, que tem como tema a evasão escolar, buscamos artigos científicos brasileiros utilizando a palavra-chave “evasão escolar”. Os filtros dessa coleta foram artigos na língua portuguesa, decorrentes dos últimos 10 anos (de 2014 a 2024). Foram analisados 13 produtos científicos oriundos de três bases de dados.

No Portal de Periódicos da CAPES encontramos 260 produtos, no Google

Acadêmico consideramos as dez primeiras páginas de nossa coleta, totalizando 100 artigos e no La Referencia foram encontradas 262 produções. Após esse primeiro movimento de busca dos materiais, dedicamo-nos a leitura dos títulos e resumos dos artigos científicos. Selecionamos então, aqueles materiais que tratavam da combinação entre evasão escolar e responsabilização. Desse filtro, resultaram, respectivamente, 32, 29 e 14 artigos científicos de cada portal de busca. Para esse texto nos valemos de 13 desses artigos científicos.

## **Discussão**

A responsabilidade é uma tecnologia que potencializa a governamentalidade neoliberal. Somos conduzidos por práticas e regras que nos inserem e nos fazem continuar no jogo econômico neoliberal, onde a educação é permanente e contínua, além de ser obrigatória e institucionalizada: “Detectaram a presença significativa de pesquisas que concebem o fracasso escolar como fenômeno estritamente individual [...]” (B19, p. 15); “Os alunos assumiram como deles o conflito imposto pela atual organização do trabalho [...] Quando não suportam a dupla jornada, evadem-se, levando consigo frustração, insegurança e a responsabilidade sobre o fracasso escolar” (A10, p.11).

Destacamos a ênfase dada à responsabilidade que o sujeito deve ter por si e por sua escolarização; “o problema reside nos alunos”, “pesquisam concebem o fracasso escolar como fenômeno estritamente individual”, “o discurso da escola ainda é o de culpar os jovens” são frases que mostram o quanto a responsabilidade sobre a trajetória, permanência na escola ou aprendizagem recai sobre os estudantes. São desconsiderados fatores mais amplos, discursos se repetem e disseminam-se como verdades. Para Afonso (2012), a responsabilização assume conotação culposa e negativa em termos de representação social e discursiva, sendo semelhante à perspectiva manageralista, que é direcionada à procedimentos mensuráveis.

A responsabilização é reduzida à ameaça ou imputação negativa de culpa sobre determinadas ações e seus resultados. Culpabilizar os sujeitos pelos resultados e seu desempenho reforça a ideia de que eles precisam “prestar contas” para a sociedade civil e para o Estado. Consideramos interessante, ainda, apontar os efeitos que a responsabilização produz na subjetividade dos estudantes: “O aluno deve responsabilizar-se pela sua aprendizagem. Caso não o faça, será reprovado pela vida e a culpa será apenas dele” (C1, p. 318); “[...] a gente, quando para de estudar, tá, a gente fica uma pessoa incapaz, uma que pessoa que não tem uma cultura” (A10, p. 10); “[...] os alunos assumiram a evasão como um fracasso produzido por eles. Luís citou que se sentia um inútil ao ficar fora da escola” (A10, p. 11); “A educação está situada no coração do desenvolvimento do ser humano [...] o que implica na capacidade de cada um em responsabilizar-se pela realização do seu projeto pessoal” (A3, p. 90).

A responsabilização produz práticas de culpabilização nos indivíduos, que se sentem incapazes, inúteis e fracassados quando não participam do jogo, pois estar na escola é visto

como o normal. Nessa matriz de inteligibilidade, a escola se ocupa da produção de indivíduos que se responsabilizem pelo seu bem-estar, produtividade e fracasso, colocando em ação mecanismos que incentivarão cada um a construir e governar sua própria vida e administrar seus riscos.

A noção de risco se torna cada vez mais presente, pois somos lembrados constantemente que estamos expostos a riscos que são comprovados por dados estatísticos. Vivemos em uma sociedade de risco (Beck, 1992). “Se você não estudar, não conseguirá emprego, corre o risco de se tornar um criminoso, um delinquente”. Estas afirmações assumem um status de verdade que se prolifera em diferentes esferas discursivas, envolvendo os sujeitos em uma engrenagem de riscos que ele deve assumir se não estiver participando do jogo.

Ao analisar alguns livros utilizados na formação de professores a partir da década de 1990, Sommer (2010, p. 28) aponta o modelo docente que emerge como sendo o ideal em tais textos indica “a natureza mais moral e menos cognitiva” na formação de professores: mais do que ensinar, o professor deve transformar o aluno em um indivíduo que saiba cuidar de si e gerir seus riscos. As técnicas de gerenciamento de riscos acabam por enfatizar as responsabilidades individuais, pois nessa lógica a tendência é que cada um cuide de si e se responsabilize individualmente. Saraiva (2013) fornece um exemplo da Educação Ambiental nas escolas e do modo como ela apela para que cada estudante faça a sua parte, para salvar o planeta, para diminuir a utilização de plástico e reciclar lixo. Tais atitudes são incentivadas por uma ampla rede educacional na qual a escola possui um papel fundamental: uma nova forma de biopolítica, um ensinar a manter-se produtivo, vivo, saudável e permanecendo no jogo.

Essas ideologias tiram da escola a responsabilidade pelo fracasso escolar do aluno, de um lado por apresentar ausência de condições básicas para a aprendizagem, de outro, por responsabilizá-lo caso ele não aprenda. Isto é, a responsabilização do estudante tem seu ponto de apoio no pensamento educacional da doutrina liberal, cuja argumentação busca legitimar a sociedade de classe e suas subjetividades. Produz-se um sujeito com medo, cujas condutas são conduzidas com ênfase na busca de segurança para si e responsabilização pelos seus atos.

Estabelece-se, aí, uma situação de dependência. Se fizermos uma analogia com as políticas econômicas, que transformam direitos como educação e saúde em produtos, pode-se perceber um aprisionamento, pois o sujeito é responsabilizado por adquirir esses direitos sob o discurso do mérito como a principal razão para atingir o sucesso. Além disso, mais do que responsabilizar o sujeito de modo individual, a responsabilização também estimula a participação de todos no processo de inclusão.

Por meio da universalização do ensino, a sociedade é mobilizada para buscar a inclusão de todos, que aparece interligada à mobilização e responsabilização: “[...] a importância da educação escolar ainda não conseguiu chegar a ponto de mobilizar

agressivamente a sociedade civil em prol de sua dignidade e valor. É preciso que essa bandeira chegue à população” (B21, p. 30); “[...] compete a todos integrantes, professores, alunos, coordenadores, tutores, escola, sociedade e Poder Público desenvolver suas ações visando a mudança da realidade educacional, proporcionando a formação intelectual do cidadão e sua inserção na sociedade” (A4, p. 212).

Para Afonso (2012), a responsabilização e prestação de contas emergem como necessárias à escola, para as políticas de avaliação, incentivos de bonificações, formações, até incentivos financeiros aos gestores e docentes, que são encorajados a centrar suas ações nos resultados. Cria-se, assim, uma competição entre as escolas e torna-se desejável que elas mesmas se responsabilizem pelo desempenho, fortalecendo a ideia de que os problemas educacionais advêm de uma má gestão (BROOKE, 2006). É preciso, portanto, envolver os sujeitos na busca por melhores resultados e pela sua permanência na escola, responsabilizando-os e fazendo com que eles se sintam inúteis se não estiverem inseridos no jogo.

O discurso que visa a melhoria da qualidade da Educação, que se encontra ancorado nas avaliações em larga escala, também responsabiliza as condutas docentes, promovendo sentimentos contraditórios de confiança e repúdio, culpa e vergonha (VOSS; GARCIA, 2014). São fortalecidos mecanismos de controle por meio dos rankings, comparações e geração de expectativas com a ideia de mérito, não somente da escola, mas de toda comunidade escolar, convencendo a sociedade e os órgãos governamentais que o baixo rendimento escolar pode ser revertido se existir uma maior responsabilização e mobilização da sociedade.

É possível, portanto, visualizar um desejo de investir no sujeito enquanto capital humano. O investimento na responsabilização necessita de elementos muito mais amplos e “[...] muito mais numerosos do que o simples aprendizado escolar ou que o simples aprendizado profissional” (FOUCAULT, 2008, p. 315). O investimento na responsabilização requer que o sujeito assuma uma postura de responsável perante suas escolhas, concebendo a escolarização não somente como uma obrigação, mas como uma necessidade.

### **Considerações Finais**

Quando a economia passou a se concentrar nos modos pelos quais os indivíduos produzem e acumulam capital humano, a escolarização foi concebida como fator estratégico a ser investido por essa nova forma de governamentalidade: somente a educação poderia garantir um aumento da produtividade dos sujeitos, como também a maximização dos seus rendimentos ao longo da vida.

É exigida uma potência de individuação de cada um. O que está em jogo nessa forma de governamentalidade neoliberal é o desejo de transformar os indivíduos em pequenas empresas (GADELHA, 2009): ele só vale enquanto valer o seu capital humano. Ele deve ser forte, uma vez que não há tempo e nem espaço para desespero, medo e fracasso.

Por meio das análises, foi possível constatar o quanto passamos a nos tornar responsáveis por produzir nosso sucesso por meio de nosso êxito profissional e pessoal, aumentar sempre mais nosso capital humano, tendo um currículo recheado de habilidades, capacidades e aptidões. A responsabilidade é uma tecnologia que potencializa a governamentalidade neoliberal. Para isso, somos conduzidos por práticas e regras que nos inserem e nos fazem continuar no jogo econômico neoliberal, onde a educação é permanente e contínua, além de ser obrigatória e institucionalizada.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. Para uma contextualização alternativa de accountability em educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 471-484, abr.-jun. 2012.

BECK, U. *Risk society*. Londres: Sage Publications, 1992

BROOKE, N. O futuro das políticas de responsabilização educacional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 128, p. 377-401, maio/ago. 2006

GADELHA, S. *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FOUCAULT, M. *O Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

SARAIVA, K. Educando para viver sem riscos. *Educação*, Porto Alegre, v. 36, n. 2, maio/ago., p. 168-179, 2013.

SCHULTZ, T. *O capital humano: investindo em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SOMMER, L. H. Práticas de produção da docência: uma análise sobre literatura de formação de professores. In: *Anais do XV ENDIPE*, Belo Horizonte, 2010, p. 28-37.

VOSS, D. M. S.; GARCIA, M. M. A. O discurso da qualidade da educação e o governo da conduta docente. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 391-412, abr./jun., 2014.